Implementando A Gestão De Riscos No Setor Público PDF

RODRIGO FONTENELLE DE A. MIRANDA





Sobre o livro

Explorando Conceitos de Governança no Setor Público
Se você trabalha regularmente em ambientes corporativos, é provável que
tenha se deparado com jargões como Governança, Compliance, Integridade,
Riscos e Controles. Esses termos estão frequentemente em circulação em
publicações impressas, digitais, e até nas discussões internas de uma
organização. Mas você sabe quais são as nuances de cada um? E, mais
importante, é viável implementar uma gestão eficaz de riscos na esfera
pública?

Este livro tem como meta esclarecer essas e outras perguntas pertinentes, desmistificando algumas crenças que ainda persistem no domínio público. Com uma abordagem prática, a obra comprova que a gestão de riscos é uma realidade tangível dentro da Administração Pública.

Por meio de uma fusão entre teoria e prática, este guia apresenta um roteiro detalhado para que qualquer organização, independentemente de sua dimensão ou complexidade, possa navegar pelos desafios do gerenciamento de riscos e alcançar suas metas com sucesso.



Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?







Desbloqueie 1000+ títulos, 80+ tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

duct & Brand





Relacionamento & Comunication

🕉 Estratégia de Negócios









mpreendedorismo









Visões dos melhores livros do mundo

mento

















Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...







As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey

6041....







Digitalizar para baixar



Hábitos baseado

A verdadeira mudança de mudança de identidade, D

baseados em sua identida

de focar nos resultados de

mudanças duradouras, já q

tornam consistentes com n

Implementando A Gestão De Riscos No Setor Público Resumo

Escrito por IdeaClips





Quem deve ler este livro Implementando A Gestão De Riscos No Setor Público

O livro "IMPLEMENTANDO A GESTÃO DE RISCOS NO SETOR PÚBLICO" de Rodrigo Fontenelle de A. Miranda deve ser lido por gestores públicos, servidores de instituições governamentais, formuladores de políticas públicas e profissionais que atuam em áreas de compliance e auditoria. Além disso, estudantes e acadêmicos interessados em administração pública, governança e gestão de riscos também se beneficiarão da obra, que oferece insights valiosos sobre a importância da gestão de riscos na melhoria da eficiência e transparência no setor público. A obra é essencial para aqueles que buscam compreender as melhores práticas e metodologias de implementação de processos que visem mitigar riscos e promover uma gestão pública mais responsável.



Principais insights de Implementando A Gestão De Riscos No Setor Público em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Introdução à Gestão de Riscos	Apresenta a importância da gestão de riscos no setor público, destacando objetivos e desafios.
2	Conceitos Fundamentais	Definições e princípios básicos da gestão de riscos, incluindo tipos de risco e sua relevância.
3	Normas e Legislação	Análise das regulamentações e normativas que orientam a gestão de riscos no setor público no Brasil.
4	Planejamento da Gestão de Riscos	Como integrar a gestão de riscos ao planejamento estratégico das instituições públicas.
5	Identificação de Riscos	Métodos e ferramentas para identificar riscos relevantes nas organizações públicas.
6	Análise e Avaliação de Riscos	Aborda técnicas para avaliar a probabilidade e impacto dos riscos identificados.
7	Tratamento de Riscos	Estratégias para aceitar, evitar, transferir ou mitigar riscos.
8	Monitoramento	Importância do monitoramento contínuo de riscos

Capítulo	Tema	Resumo
	e Revisão	e revisão dos planos.
9	Cultura de Gestão de Riscos	Desenvolvimento de uma cultura organizacional que priorize a gestão eficaz de riscos.
10	Estudos de Caso	Apresentação de experiências reais na implementação da gestão de riscos no setor público.
11	Considerações Finais	Reflexões sobre o futuro da gestão de riscos e recomendações para aprimoramento.

Implementando A Gestão De Riscos No Setor Público Lista de capítulos resumidos

- 1. Introdução à Gestão de Riscos e sua Importância no Setor Público
- 2. Princípios e Fundamentos da Gestão de Riscos Públicos
- 3. Identificação e Análise de Riscos em Projetos Públicos
- 4. Estratégias para Mitigação e Resposta a Riscos Públicos
- 5. Monitoramento e Avaliação da Gestão de Riscos no Setor Público
- 6. Casos Práticos de Gestão de Riscos em Administrações Públicas
- 7. Conclusões e Recomendações para Futuras Implementações de Gestão de Riscos

1. Introdução à Gestão de Riscos e sua Importância no Setor Público

A gestão de riscos no setor público é um tema cada vez mais relevante e essencial para assegurar a eficiência e a eficácia na administração pública. A complexidade das operações governamentais, associada à incerteza inerente a projetos e políticas públicas, torna o gerenciamento adequado dos riscos uma prioridade estratégica. Os riscos podem surgir de diversas fontes, incluindo mudanças políticas, econômicas, sociais e tecnológicas, que podem impactar negativamente a entrega de serviços públicos e a execução de projetos.

Neste contexto, a gestão de riscos consiste em um conjunto de práticas, processos e sistemas que visam identificar, avaliar e tratar os riscos de maneira sistemática e proativa. Isso não apenas garante a segurança e a continuidade das operações governamentais, mas também promove a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

A importância da gestão de riscos no setor público é multidimensional. Primeiramente, ela contribui para a melhor alocação dos recursos, pois permite que os gestores direcionem esforços e investimentos para áreas críticas, minimizando a possibilidade de falhas que possam comprometer a implementação de políticas ou a prestação de serviços. Além disso, ao identificar riscos potenciais, os gestores podem desenvolver planos de



contingência que garantem uma resposta rápida e eficaz diante de eventos não previstos.

A gestão de riscos também desempenha um papel fundamental na promoção da confiança pública. Quando o cidadão percebe que o governo está ativamente tomando medidas para antecipar e mitigar riscos, sua disposição para apoiar e confiar nas iniciativas governamentais tende a aumentar. Essa confiança é crucial para a legitimidade das ações do governo e para o fortalecimento da democracia.

Por fim, implementar uma gestão de riscos robusta é uma maneira de alinhar as atividades governamentais aos objetivos de desenvolvimento sustentável. À medida que os governos enfrentam desafios globais, como mudanças climáticas, crises sanitárias e desigualdade social, uma abordagem proativa e bem estruturada para a gestão de riscos permite que as administrações sejam mais resilientes e adaptáveis, promovendo soluções que tragam benefícios para a sociedade como um todo.

Portanto, a gestão de riscos não é apenas uma obrigação legal ou normativa, mas uma prática essencial que deve ser incorporada a todos os níveis da administração pública. Ao tocar em aspectos que vão desde a previsão de cenários até a gestão de crises, é possível criar um ambiente mais seguro e eficiente para a execução de políticas, protegendo os interesses da sociedade



e promovendo o bem-estar comum.



2. Princípios e Fundamentos da Gestão de Riscos Públicos

A gestão de riscos no setor público é fundamentada em um conjunto de princípios que orientam a identificação, análise, mitigação e monitoramento dos riscos que podem impactar a eficácia das políticas públicas e a utilização de recursos públicos. Um dos princípios mais basilares é a transparência, que estabelece a necessidade de disponibilizar informações claras sobre os riscos e suas implicações para a sociedade. Essa transparência não apenas cumpre um papel de prestação de contas, mas também fortalece a confiança da população nas instituições públicas.

Outro princípio essencial é a integração, que prevê a articulação entre diferentes esferas de governo e entre órgãos públicos. Essa abordagem colaborativa é crucial, pois muitos riscos não respeitam barreiras institucionais ou setoriais. Uma gestão de riscos eficaz deve considerar que a natureza dos desafios enfrentados nas administrações públicas muitas vezes requer uma resposta coordenada que abranja múltiplas áreas e níveis de governo.

O princípio da proatividade também é fundamental. Em vez de esperar que os riscos se materializem, as administrações públicas são incentivadas a antecipar os possíveis cenários de risco, permitindo a adoção de medidas preventivas que possam reduzir a probabilidade de ocorrência ou o impacto



das adversidades. Esse enfoque proativo não só contribui para a resiliência das instituições, mas também para a eficácia das ações governamentais.

A cultura de risco é um conceito intrínseco à gestão de riscos públicos. É vital que as organizações públicas cultivem uma atmosfera em que a identificação e a comunicação de riscos sejam encorajadas. Um ambiente em que funcionários se sintam seguros para reportar riscos contribui para uma abordagem mais abrangente e eficaz na gestão de riscos. Isso reflete diretamente na capacitação contínua dos servidores públicos, que deve incluir treinamentos periódicos e atualizações sobre as melhores práticas de gestão de riscos.

Além disso, a legalidade é um princípio que permeia a gestão de riscos. Todas as ações de mitigação e resposta devem estar alinhadas à legislação vigente, garantindo que os processos sejam conduzidos dentro da estrutura jurídica, promovendo a justiça e a equidade no trato com os cidadãos.

Os fundamentos da gestão de riscos públicos também destacam a importância da avaliação contínua. A gestão de riscos não é um processo estático; pelo contrário, exige uma revisão constante das estratégias e ações implementadas. O aprendizado organizacional, obtido a partir da análise de riscos anteriores e das respostas dadas, alimenta a melhoria contínua das práticas e procedimentos de gestão.



Finalmente, o princípio da responsabilidade compartida é crucial em uma gestão de riscos efetiva. Ele reconhece que todos os membros da administração pública, desde seus líderes até os servidores de linha de frente, têm um papel a desempenhar na identificação e gestão dos riscos. O comprometimento e a colaboração de todos os envolvidos são indispensáveis para o sucesso das iniciativas de gestão de riscos, garantindo que as medidas adotadas sejam abrangentes e eficazes.

Esses princípios e fundamentos formam a base sobre a qual se sustenta a gestão de riscos no setor público, apresentando diretrizes que, quando seguidas, potencializam a capacidade das administrações em enfrentar desafios e atender de forma mais eficiente às demandas sociais.

3. Identificação e Análise de Riscos em Projetos **Públicos**

A identificação e análise de riscos em projetos públicos constituem etapas cruciais para garantir a eficácia e a eficiência das ações no setor governamental. Esses processos permitem que gestores e planejadores compreendam as ameaças e oportunidades que podem afetar o alcance dos objetivos estabelecidos, assim como a implementação e a continuidade de serviços públicos essenciais.

A identificação de riscos envolve a sistemática coleta de informações para reconhecer potenciais fatores que possam causar impactos negativos ou positivos sobre os projetos. É fundamental a utilização de técnicas variadas, como entrevistas com partes interessadas, workshops de brainstorming e revisões de documentação histórica, para garantir um mapeamento abrangente. É importante que as análises sejam feitas em colaboração com múltiplas partes interessadas, incluindo a equipe de projeto, beneficiários e, em alguns casos, a comunidade afetada, assim promovendo uma visão holística sobre os riscos.

Os riscos nos projetos públicos podem ser de diversas naturezas, abrangendo riscos financeiros, legais, sociais, ambientais, políticos e operacionais, entre outros. Um risco financeiro, por exemplo, pode surgir da subestimação de custos, enquanto riscos legais podem derivar de alterações na legislação que



afetem as atividades planejadas. No contexto social, reclamações de grupos comunitários ou a resistência à mudança podem impactar a aceitação do projeto. Portanto, a identificação precisa desses riscos é essencial para a condução das próximas fases do planejamento.

Uma vez identificados, os riscos devem ser analisados em profundidade, levando-se em consideração a probabilidade de ocorrência e o impacto que podem causar. A análise de riscos pode ser qualitativa ou quantitativa. A análise qualitativa foca na categorização dos riscos e sua priorização com base em critérios como severidade e chance de materialização, muitas vezes utilizando escalas descritivas ou gráficos de matriz de riscos. Por outro lado, a análise quantitativa envolve a aplicação de modelos estatísticos e simulações para mensurar quantitativamente os efeitos dos riscos sobre o cronograma do projeto, custos e qualidade, possibilitando uma tomada de decisão mais embasada.

Além disso, é crucial entender as inter-relações entre os diferentes riscos. Isso pode ser feito por meio de abordagens como a análise de rede, que busca mapear como um risco pode influenciar outros ou ser influenciado por eles. Compreender essas dinâmicas permite que gestores desenvolvam estratégias de resposta mais eficazes.

Em resumo, a identificação e a análise de riscos não apenas aumentam a



probabilidade de sucesso dos projetos públicos como também promovem uma cultura de responsabilidade e transparência nas gestões públicas. Ao promover a inclusão das partes interessadas nesse processo, o governo não só se torna mais preparado para lidar com incertezas, mas também mais ágil e responsivo às demandas da sociedade.

4. Estratégias para Mitigação e Resposta a Riscos Públicos

As estratégias para mitigação e resposta a riscos públicos são fundamentais para garantir a eficiência e eficácia da gestão no setor público. Essas estratégias servem como diretrizes para minimizar a probabilidade de ocorrência de eventos adversos que possam comprometer a execução das políticas públicas e a entrega de serviços essenciais à população.

Primeiramente, é essencial classificar os riscos identificados, considerando sua natureza e potencial impacto. Com base nessa classificação, as organizações públicas devem desenvolver um conjunto de respostas adequadas. As principais estratégias de mitigação incluem a eliminação do risco, sua transferência, a aceitação ou a redução da probabilidade e do impacto.

A eliminação do risco deve ser a primeira linha de defesa, onde, sempre que possível, os gestores devem buscar alternativas que excluam completamente as ameaças. Por exemplo, no planejamento de obras públicas, a escolha de locais que estejam em áreas de risco pode ser considerada uma estratégia de eliminação. Ao evitar a exposição a fatores de risco, a administração pública protege os recursos e garante a segurança da população.

A transferência de risco é outra estratégia vital, na qual uma entidade busca



transferir a responsabilidade de um risco a terceiros, geralmente através de contratos de seguro ou parcerias público-privadas. Por exemplo, ao terceirizar a construção de uma infraestrutura, uma administração pública pode transferir parte dos riscos associados ao projeto para a empresa contratada, permitindo assim que os gestores se concentrem em outras prioridades.

Na aceitação do risco, os gestores reconhecem que alguns riscos são inevitáveis ou seu custo de mitigação é superior ao potencial impacto. Nesses casos, é crucial estabelecer planos de contingência que permitam agir de forma rápida e eficaz quando os riscos se concretizarem. A aceitação não deve ser uma estratégia passiva; requer que se tenham protocolos e um prontuário para uma ação rápida, garantindo assim que os impactos sejam minimizados.

A redução da probabilidade e do impacto dos riscos envolve a implementação de controles e medidas preventivas, como capacitação e treinamento das equipes, uso de tecnologia para a melhoria dos processos e controle de qualidade rigoroso. Um exemplo efetivo seria a promoção de cursos de capacitação para os servidores responsáveis pela execução de projetos, o que poderá reduzir a probabilidade de erros e os riscos operacionais que podem comprometer os resultados esperados.



Além disso, a comunicação clara e constante com todas as partes interessadas é crucial. A mobilização de atores sociais, como a sociedade civil e empresas, para identificarem e gerenciarem riscos coletivamente pode facilitar uma resposta abrangente e colaborativa às ameaças. Essa abordagem participativa fortalece o compromisso e um entendimento comum acerca da importância da gestão de riscos.

Por último, um elemento essencial a ser incorporado nessas estratégias é o aprendizado contínuo. As experiências anteriores em situações de gestão de riscos devem ser cuidadosa e sistematicamente registradas e avaliadas, de forma que as lições aprendidas possam ser utilizadas para aprimorar futuras abordagens. A gestão de riscos no setor público não é um evento de uma única vez, mas um processo dinâmico e contínuo que requer flexibilidade e capacidade de adaptação.

Em resumo, as estratégias para mitigação e resposta a riscos no setor público devem ser multifacetadas, envolvendo eliminação, transferência, aceitação e redução, além de incorporar comunicação eficaz e aprendizado orgânico. Essa abordagem permitirá uma gestão mais proativa e robusta frente aos desafios que o setor público enfrenta.



5. Monitoramento e Avaliação da Gestão de Riscos no Setor Público

No contexto da gestão de riscos no setor público, o monitoramento e a avaliação são processos contínuos e essenciais que garantem a eficácia das estratégias implementadas para lidar com incertezas e ameaças. Essa etapa permite não apenas identificar desvios e falhas nas ações de mitigação, mas também ajustar as abordagens em resposta a novas informações e circunstâncias.

O monitoramento da gestão de riscos envolve a coleta sistemática de dados relacionados à performance das ações de risco, com foco em indicadores previamente estabelecidos. Esses indicadores podem incluir a frequência e o impacto dos riscos identificados, a eficácia das medidas de controle, além da aderência aos cronogramas e orçamentos programados. Uma implementação eficaz desse monitoramento requer ferramentas apropriadas, como softwares de gestão e dashboards que facilitem a visualização e análise de dados.

A avaliação, por sua vez, deve ser realizada de forma periódica. Esse processo visa entender o impacto das políticas e práticas de gestão de riscos no desempenho institucional. Ao avaliar, as organizações públicas devem considerar não apenas os resultados numéricos, mas também a qualidade da resposta a crises, o nível de preparação das equipes e a percepção pública sobre a gestão de riscos. A avaliação proporciona feedback valioso que pode



resultar em aprendizado organizacional e aprimoramento das práticas de gestão de riscos.

Além disso, a integração da avaliação com a cultura organizacional é fundamental. É imprescindível que as lições aprendidas durante o monitoramento e a avaliação sejam disseminadas entre as equipes e departamentos, promovendo a colaboração e a coesão na abordagem aos riscos. Tendências identificadas nas avaliações podem ser utilizadas para atualizar e reformular políticas e procedimentos, assegurando que as práticas de gestão de risco se mantenham relevantes diante de um ambiente em constante mudança.

Outro ponto crucial a ser considerado no monitoramento e avaliação da gestão de riscos no setor público é a comunicação. O envolvimento de todas as partes interessadas — desde a alta administração até os colaboradores de nível operacional — é essencial para que a gestão de riscos seja eficaz. A transparência nas informações e nos resultados do monitoramento ajuda a manter o compromisso de todos com os objetivos de gestão de riscos.

Por fim, o uso de estudos de caso e experiências anteriores pode enriquecer o processo de monitoramento e avaliação. Analisar situações passadas em que a gestão de riscos foi fundamental para o sucesso ou, ao contrário, falhou em proteger a administração pública contra incertezas, fornece ensinamentos



valiosos. Dessa forma, para garantir a efetividade da gestão dos riscos no setor público, é indispensável um ciclo contínuo de monitoramento e avaliação que não apenas identifique falhas, mas também fomente uma cultura de inovação e adaptação frente a novos desafios.

6. Casos Práticos de Gestão de Riscos em Administrações Públicas

A gestão de riscos no setor público é um tema crucial que, quando implementado com seriedade, pode conduzir a melhorias significativas na eficiência e na eficácia dos serviços prestados à sociedade. Os casos práticos apresentados nesta seção ilustram diversas abordagens utilizadas por administrações públicas ao redor do mundo, mostrando que, apesar das particularidades de cada contexto, existem aprendizagens comuns que podem ser extraídas.

Um exemplo marcante é o caso da gestão de riscos em projetos de infraestrutura na cidade de São Paulo, Brasil. A administração municipal passou a implementar um sistema robusto de identificação, análise e mitigação de riscos associados à construção de novas linhas de metrô. Por meio de análises preditivas e workshops com stakeholders, a equipe de gestão foi capaz de identificar riscos como atrasos devido a desapropriações e problemas geológicos. A partir disso, foram elaboradas estratégias que incluíam o envolvimento dos cidadãos e um monitoramento constante das condições de terreno, garantindo que os projetos não apenas avançassem dentro do cronograma, mas também minimizassem impactos sociais e econômicos.

Outro exemplo relevante é encontrado no âmbito da administração pública



da Nova Zelândia, onde o governo adotou uma abordagem sistemática para a gestão de riscos em resposta a desastres naturais, dada a posição geográfica do país. A criação de um plano de resposta a emergências escalonável, que considera diferentes níveis de severidade de desastres, é um modelo básico de gestão de riscos. Por exemplo, durante os eventos sísmicos em Christchurch, a estratégia de gestão de riscos permitiu que as agências públicas atuassem de forma coordenada e eficiente, minimizando o impacto sobre a população e facilitando uma recuperação mais rápida e organizada.

Ainda, o município de Toronto no Canadá ilustra bem a integração de tecnologia na gestão de riscos públicos. A cidade implementou uma plataforma de dados abertos, permitindo que cidadãos e organizações mapeassem riscos associados a diferentes áreas urbanas. Essa iniciativa não só aumentou a participação cidadã, mas também forneceu às autoridades informações valiosas sobre riscos emergentes, permitindo uma atuação mais proativa e uma melhor alocação de recursos.

Esses casos práticos demonstram que a implementação da gestão de riscos nos setores públicos pode reduzir incertezas e promover segurança e estabilidade em serviços essenciais. A troca de experiências entre administradores públicos e a adoção de boas práticas em gestão de riscos são fundamentais para enriquecer o conhecimento coletivo e fortalecer a resiliência das administrações públicas diante das incertezas



contemporâneas.

Ao analisar tais experiências, é possível concluir que o diálogo entre diferentes âmbitos públicos e a sociedade civil não só faz a gestão de riscos mais eficaz, mas também convida a uma reflexão contínua sobre a melhoria dos processos de governança, sempre em busca de melhores resultados para a população.

7. Conclusões e Recomendações para Futuras Implementações de Gestão de Riscos

Ao final da análise apresentada no livro "Implementando a Gestão de Riscos no Setor Público", é possível concluir que a gestão de riscos é uma ferramenta imprescindível para o fortalecimento da administração pública. A implementação eficaz dessa prática não apenas contribui para a proteção dos recursos públicos, mas também assegura a integridade e a transparência das ações governamentais, promovendo um ambiente de confiança e responsabilidade perante a sociedade.

Uma das principais conclusões é que a gestão de riscos deve ser vista como um processo contínuo e integrado a todas as fases dos projetos públicos. A identificação e análise de riscos devem ser realizadas de maneira proativa, com a participação de todos os stakeholders envolvidos, para garantir uma visão abrangente e multidimensional das ameaças e oportunidades que podem impactar os objetivos governamentais.

Recomenda-se que as entidades públicas priorizem a capacitação de seus servidores na área de gestão de riscos. A formação contínua e a conscientização sobre a importância da análise de riscos devem ser incorporadas aos programas de desenvolvimento profissional. Além disso, a criação de uma cultura organizacional que valorize a gestão de riscos como uma prática cotidiana possibilitará uma resposta mais ágil e eficiente às



adversidades.

Outra recomendação importante é a adoção de metodologias e ferramentas padronizadas para a gestão de riscos, que facilitem a comparação e o intercâmbio de informações entre diferentes órgãos e níveis de governo. A implementação de um sistema único e acessível de gestão de riscos pode melhorar a colaboração entre as equipes e ampliar a transparência nas ações públicas.

A monitoramento e a avaliação constantes dos processos de gestão de riscos são igualmente fundamentais. É essencial que as instituições públicas estabeleçam indicadores que permitam medir a eficácia das estratégias adotadas e ajustá-las conforme necessário. A retroalimentação dos dados e a análise dos resultados obtidos devem ser práticas recorrentes, permitindo adaptações em tempo real para situações emergenciais.

Por fim, deve-se considerar a implementação de parcerias entre o setor público e privado, visando a troca de experiências e práticas de sucesso em gestão de riscos. O intercâmbio de conhecimentos pode trazer inovações e soluções criativas que, de outra forma, poderiam não ser acessíveis ao âmbito governamental. A inserção de boas práticas do setor privado pode potencializar os esforços públicos em reduzir a incerteza e aumentar a eficiência dos serviços prestados à população.



As recomendações aqui apresentadas visam não apenas melhorar a implementação da gestão de riscos no setor público, mas também promover um ambiente de maior responsabilidade e eficácia nas gestões governamentais, reafirmando o compromisso com o interesse público e o desenvolvimento sustentável.

5 citações chave de Implementando A Gestão De Riscos No Setor Público

- 1. A gestão de riscos no setor público é essencial para garantir a eficiência e a transparência nas políticas públicas.
- 2. Identificar, analisar e responder aos riscos são passos fundamentais para proteger os interesses da sociedade.
- 3. A cultura organizacional deve ser fortalecida para que a gestão de riscos seja incorporada ao dia a dia das instituições públicas.
- 4. A participação da sociedade na gestão de riscos é imprescindível para a construção de políticas mais robustas e inclusivas.
- 5. A implementação de um processo contínuo de monitoramento e revisão dos riscos é vital para a adaptação às mudanças e garantir a eficácia das ações governamentais.





Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma













